

ENTENTE CORDIALE NA VANGUARDA DA DEFESA EUROPEIA

Eunice Goes

Desde 1998 que a França e o Reino Unido têm demonstrado a relevância da *Entente Cordiale*, o acordo que há exactamente um século assegurou o reconhecimento mútuo dos interesses coloniais de cada um dos países em África e que serviu de base à cooperação militar anglo-francesa durante a I Guerra Mundial. Na altura, a *Entente Cordiale* foi necessária para, inicialmente, manter a estabilidade na Europa e, a seguir, combater a Alemanha imperialista de Guilherme II. Hoje, nem a França nem o Reino Unido têm impérios coloniais, mas a «aliança»¹ anglo-francesa tem provado ser fundamental para o projecto de integração europeia.

Como o título do acordo indica, as relações franco-britânicas não eram bem uma «aliança de amizade», mas mais um entendimento cordial e polido. Ora, em cem anos, a natureza da *Entente Cordiale* não mudou. As rivalidades entre Paris e Londres continuam a estar na base de desentendimentos diplomáticos e algumas crises políticas, mas a verdade é há muito que os dois países compreenderam que precisam um do outro para defenderem os seus interesses nacionais. E este entendimento mútuo tem beneficiado a Europa.

É certo que a *Entente Cordiale* não é tão importante para o projecto de integração europeia quanto a aliança franco-germânica. Mas há uma área onde a aliança franco-britânica tem provado ser crucial para o projecto europeu. Essa área é a da defesa. Sem o Reino Unido, e em particular, sem as iniciativas do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, não haveria Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).

Neste artigo será analisada a contribuição britânica para o projecto europeu, e em particular para a emergência da PESD, à luz da aliança franco-britânica. Na primeira parte serão discutidas as motivações europeias que, a certa altura, levaram Tony Blair a propor o acordo de St. Malo aos franceses. Na segunda parte esclarecemos o significado e consequências do acordo de St. Malo; a seguir analisamos o desentendimento franco-britânico de 2003, bem como as suas implicações para a PESD. Na quarta secção do artigo, debruçamo-nos sobre a recente reaproximação franco-britânica e, finalmente, na conclusão, procedemos à análise dos limites da

Entente Cordiale, enfatizando as diferentes abordagens de Paris e Londres às relações transatlânticas.

AS MOTIVAÇÕES DE BLAIR

Em Maio de 1997, Tony Blair chegou a Downing St. determinado a alterar a relação do Reino Unido com a Europa. Frustrado com a política seguida pelos governos conservadores, Blair queria que o Reino Unido assumisse o seu «papel natural» na Europa. Quer dizer, o primeiro-ministro britânico queria que o Reino Unido desempenhasse um papel de liderança e destaque na construção europeia.

Para além destas ambições de poder e influência, o novo primeiro-ministro tinha algumas ideias concretas sobre a contribuição britânica para o projecto europeu. Com efeito, muito

MUITO ANTES DE CHEGAR A DOWNING ST.,
BLAIR TINHA JÁ COMEÇADO A EXPLORAR
A IDEIA DE DESENVOLVER UMA POLÍTICA
EUROPEIA DE DEFESA.

antes de chegar a Downing St., Blair tinha já começado a explorar a ideia de desenvolver uma política europeia de defesa. Num discurso proferido em Bona, em Maio de 1995, o então líder da oposição britânica disse que o Reino Unido deveria «seguir uma série

de passos com vista a construir uma política externa e de defesa europeia que estivesse em harmonia com os Estados Unidos»². Em 1998, estas aspirações começaram a ser postas em prática, graças ao acordo franco-britânico de St. Malo.

Foram vários os motivos que levaram Blair a defender o desenvolvimento de uma política europeia de defesa. A primeira motivação era a de demonstrar o seu europeísmo. Uma vez que o Reino Unido não ia ser membro fundador da União Económica e Monetária, a defesa europeia era a área em que o Reino Unido podia dar uma contribuição valiosa. Aliás, mais do que valiosa, pois a União Europeia (UE) não poderá nunca desenvolver uma PESD sem a participação britânica. Além disso, com a defesa europeia, Blair viu uma oportunidade para exercer liderança e influência na UE³.

Por outro lado, Blair também não pretendia ficar refém de Washington. O primeiro-ministro britânico era a favor de uma relação transatlântica mais equilibrada, mas para alcançar esse equilíbrio a Europa tinha que melhorar as suas capacidades militares⁴. Vários observadores próximos de Downing St. dizem que dois episódios influenciaram Blair a este respeito. O primeiro foi a guerra da Bósnia. Na altura, Blair ficou chocado quando o líder sérvio, Slobodan Milosevic, ignorou ostensivamente os apelos da UE, pois esta não tinha qualquer credibilidade em termos militares. O segundo foi a guerra do Kosovo, entre Maio e Junho de 1999, em que o primeiro-ministro britânico assumiu um papel de destaque. Blair ficou altamente decepcionado com o presidente norte-americano, Bill Clinton, por este se ter oposto ao envio de forças terrestres⁵. Estes episódios demonstraram a Blair que a Europa precisava de desenvolver as suas capacidades militares se queria aspirar a alguma influência política na cena internacional⁶.

O SIGNIFICADO DE ST. MALO

Foi neste contexto e com estas motivações que Tony Blair defendeu o reforço da identidade europeia de defesa na cimeira informal de Pörschach, em Outubro de 1998⁷. Após a cimeira, Blair disse: «Uma política externa e de segurança para a UE é necessária, é urgente e chegou a altura de tentarmos formulá-la.» O primeiro-ministro britânico não esperou pela reacção dos seus surpreendidos parceiros europeus, e assumiu a dianteira, iniciando conversações com o Governo francês, a outra grande potência militar europeia, com vista ao desenvolvimento de uma PESD⁸.

Em Dezembro de 1998, na cidade bretã de St. Malo, os governos francês e britânico assinaram uma Carta de Intenções sobre cooperação na área da defesa e uma declaração conjunta sobre defesa europeia. A declaração enuncia a aspiração de dotar a UE com capacidade militar autónoma para poder intervir em conflitos regionais e em operações de manutenção de paz, sempre que os Estados Unidos não pretendam estar envolvidos. Esta declaração foi claramente inovadora e marcou a emergência da PESD. Mas também foi ambígua o suficiente para permitir leituras diferentes em Londres e em Paris. Com efeito, a palavra «autónoma» foi interpretada de diferentes formas pelos governos francês e britânico. Enquanto os franceses queriam criar uma alternativa à NATO, os britânicos pretendiam complementar a Aliança Atlântica. De resto, os britânicos fizeram questão de estabelecer a distinção entre «autónoma» e «independente». Para Londres, a palavra «autónoma» em vez de «independente» assinala a primazia da NATO na defesa europeia⁹. Pode mesmo dizer-se que os britânicos encaram a PESD como uma forma de tornar a UE num parceiro mais útil dos Estados Unidos em tempos de crise¹⁰.

Para os franceses, o conceito de autonomia significa que a UE deve ter capacidade para conduzir missões militares autónomas, mesmo quando a NATO não oferece apoio. De igual modo, para Paris, a capacidade de gerir missões militares autónomas da NATO significa que essas missões requerem capacidade de recolha de informações, nomeadamente o desenvolvimento de uma rede de satélites militares¹¹.

A ambiguidade da declaração gerou algumas tensões. Os britânicos estavam muito preocupados com a reacção de Washington ao acordo. Em conversas com políticos norte-americanos, o primeiro-ministro britânico garantiu que a nova força europeia iria dar aos Estados Unidos todo o apoio necessário¹². E para que não restassem dúvidas, Londres consultou Washington frequentes vezes durante a fase de elaboração do acordo de St. Malo, e responsáveis britânicos mostraram o rascunho do texto provisório a membros da Administração norte-americana.

Quando o Governo britânico partiu para St. Malo estava satisfeito por ter assegurado o apoio de Washington. Mas quando chegou à cidade bretã, a delegação britânica ficou um pouco inquieta. É que as negociações começaram com base num texto francês traduzido para inglês. Ora, este era diferente daquele que foi mostrado ao Departamento de Estado. O tom, e em particular a referência a «acção autónoma», era mais francês que atlantista. Este facto desagradou profundamente aos norte-americanos. Num artigo

publicado no *Financial Times*, a então Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, advertiu contra a discriminação da NATO e contra a duplicação de recursos. O Pentágono e a Casa Branca estavam igualmente surpresos. Mais uma vez, Blair tentou limitar possíveis danos à relação transatlântica e enviou para Washington o Secretário Permanente do Ministério da Defesa, Sir Kevin Tebbit, com a missão específica de tranquilizar o Pentágono¹³.

Mas ao tentar tranquilizar Washington, Blair suscitou desconfianças em Paris. Alguns políticos franceses recearam que o acordo bilateral fosse uma nova tentativa de a «Pérfida Albion» tentar aproximar a França da NATO, e os norte-americanos da Europa¹⁴. Os franceses tinham razão para se mostrarem desconfiados. É que no mês em que o acordo de St. Malo foi assinado, o Reino Unido esteve, ao lado dos Estados Unidos, na «Operação Raposa do Deserto». A participação britânica nos ataques aéreos contra o Iraque foi mal recebida pelo Governo francês, que fez questão de se distanciar da operação. Alguns diplomatas franceses exprimiram indignação perante a aparente inconsistência entre o espírito de St. Malo e o regresso imediato à tradição de seguir os ditames de Washington¹⁵. Mas o que mais enfureceu o Governo francês foi o facto de não ter sido consultado.

Estas reservas não invalidam o facto de o acordo de St. Malo ter constituído uma mudança radical de atitude por parte do Governo britânico em relação à UE, e em particular à área da defesa. Acima de tudo, o acordo representou um grande avanço em matéria de política europeia de defesa. Na esteira de St. Malo, outros acordos e iniciativas se seguiram, tudo culminando no lançamento da PESD em 1999.

Na Cimeira de Washington, que celebrou o 50.º aniversário da Aliança Atlântica, em Abril de 1999, foram celebrados os acordos «Berlim-Mais», que «normalizaram» as relações entre a NATO e a UE¹⁶. O acordo de St. Malo e os acordos «Berlim-Mais» criaram as condições para que na cimeira de Colónia de Junho de 1999 se lançasse a PESD. Nesta cimeira europeia, os Quinze comprometeram-se a formular uma PESD com o objectivo de dotar a UE com «capacidade para acção autónoma apoiada por forças militares credíveis, com os meios para decidir usá-las, e em estado de prontidão» e capaz de «responder a crises internacionais sem prejudicar a NATO»¹⁷. Os Quinze também decidiram criar o posto de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. Os novos passos dados em Colónia causaram algum alarme em Washington. Num discurso em Londres, o então vice-secretário de Estado norte-americano, Strobe Talbott, disse que a declaração de Colónia poderia implicar que a UE estava disposta a «agir fora da Aliança sempre que possível, em vez de através dela»¹⁸.

Mas as reservas de Washington não dissuadiram a UE, e em particular Paris e Londres, de desenvolver a PESD. Em Novembro de 1999, numa cimeira franco-britânica, os dois governos propuseram a criação de uma Força de Reacção Rápida. Para não alarmar Washington, o comunicado conjunto estabelecia que a «NATO continua a ser a base da nossa segurança colectiva e continuará a desempenhar um papel importante na gestão de crises»¹⁹.

«ENTENTE GLACIALE»

A seguir à cimeira de Nice, em Dezembro de 2000, os Quinze perderam um pouco o ímpeto para mais iniciativas na área da defesa. Outros assuntos, como a Conferência Intergovernamental, ou o lançamento da moeda única, dominavam a agenda europeia. Mas a estagnação das iniciativas na área da defesa europeia também se deveu ao esfriamento das relações franco-britânicas. Com efeito, em finais de 2003 a «Entente» era mais «glaciale» que «cordiale».

Ao longo destes anos, a relação pessoal de Tony Blair com Jacques Chirac distinguiu-se sobretudo pela frieza, mas, de uma maneira geral, o pragmatismo levou os dois líderes a ignorar as antipatias pessoais para poderem avançar nas áreas onde os dois países tinham interesses comuns. Todavia, nos primeiros meses de 2003, as animosidades pessoais prevaleceram sobre o sangue-frio diplomático, causando danos enormes às relações bilaterais e à unidade europeia. Dois episódios explicam o esfriamento das relações franco-britânicas. O primeiro foi a reaproximação franco-germânica, que causou algum nervosismo em Downing St. É que a reaproximação franco-germânica era a prova de que o Reino Unido ainda não era uma potência líder no concerto europeu. Além disso, Paris e Berlim celebravam acordos em áreas pouco convenientes para Londres. Estas reservas explicam a fúria de Blair quando, em Outubro de 2002, Chirac e Schröder apresentaram propostas conjuntas sobre o financiamento da Política Agrícola Comum. A fúria de Blair, que detestou ver a aliança franco-germânica a funcionar e ainda por cima numa área política tão sensível como a PAC, originou trocas azedas entre este e o Presidente Chirac. O primeiro-ministro britânico, furioso com o acordo franco-germânico, autorizou o seu gabinete a divulgar a sua «zanga» com o Presidente francês. Como retaliação por tornar o episódio público, Chirac decidiu cancelar a cimeira anglo-francesa de Le Touquet, agendada para Dezembro de 2002.

A segunda (e principal) causa da desarmonia entre Paris e Londres foi a política norte-americana relativamente ao Iraque. Os dois governos passaram semanas sem trocar palavra no período que antecedeu a invasão anglo-americana do Iraque. Blair e Chirac divergiram – e ainda divergem – sobre a estratégia a seguir no Iraque, e sobre o apoio que deveria ser prestado aos Estados Unidos. O Governo francês entendeu que as Nações Unidas não poderiam servir de instrumento à estratégia norte-americana de guerras preventivas. Por seu lado, o primeiro-ministro britânico estava convencido que aliar-se de forma incondicional aos Estados Unidos era a única maneira de ancorar Washington no sistema internacional multilateral.

Este desentendimento deu lugar a cenas desagradáveis. Chirac e de Villepin ficaram chocados por ouvir Blair e outros ministros britânicos responsabilizarem o Governo francês pela guerra no Iraque, e por alimentarem a francofobia na imprensa britânica.

NOS PRIMEIROS MESES DE 2003, AS ANIMOSIDADES PESSOAIS PREVALECERAM SOBRE O SANGUE-FRIO DIPLOMÁTICO, CAUSANDO DANOS ENORMES ÀS RELAÇÕES BILATERAIS E À UNIDADE EUROPEIA.

Por seu lado, Blair estava convencido de que Chirac não só se opunha à guerra do Iraque como também o queria destruir politicamente²⁰.

Em Fevereiro de 2003, aquando da cimeira franco-britânica de Le Touquet, as tensões estavam à vista. Mas apesar do visível mal-estar causado pelo Iraque, Blair e Chirac conseguiram avançar com a PESD. Os governos britânico e francês comprometeram-se a desenvolver esforços para que a UE seja capaz de colocar no terreno forças terrestres, navais e aéreas num espaço de 5 a 10 dias²¹.

Mas Le Touquet foi um interlúdio na então «entente glaciale». Segundo Charles Grant, na Primavera de 2003, «as relações entre a França e o Reino Unido atingiram o seu ponto mais baixo em muitas, muitas décadas»²². Blair chegou a contemplar a hipótese de começar a isolar Paris no jogo diplomático²³. Pensamentos semelhantes passaram pela mente de Chirac. Para o Presidente francês a guerra do Iraque era a prova de que não se podia confiar nos britânicos, pois para estes a aliança com os Estados Unidos era claramente primordial.

Este raciocínio conduziu à cimeira de Tervüren, de Abril de 2003, na qual os chefes de Estado e de Governo da França, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha acordaram desenvolver laços de cooperação mais estreitos na área da defesa. Essa cooperação seria desenvolvida a vários níveis, mas a proposta mais controversa era a que previa a criação de uma sede para o planeamento operacional da UE nos subúrbios de Bruxelas. A lógica desta iniciativa era a de que a UE deveria ser capaz de conduzir operações autónomas, e

para isso necessitava de planificadores operacionais.

A reacção anglo-americana a esta iniciativa foi um misto de fúria e de desprezo. Tanto os britânicos como os norte-americanos lembraram que a UE pode contar com os planificadores da NATO sediados no SHAPE para uma operação «Berlim-Mais», ou utilizar quartéis-generais nacionais quando conduz uma operação sem o envolvimento

A INVASÃO DO IRAQUE, A CRISE DIPLOMÁTICA QUE A PRECEDEU, BEM COMO A CIMEIRA DE TERVÜREN, CAUSARAM GRANDES DANOS ÀS RELAÇÕES ENTRE O REINO UNIDO E A FRANÇA E A ALEMANHA. MAS REALIDADES PREMENTES FORÇARAM OS LÍDERES DOS TRÊS PAÍSES A SUBSTITUIR A INTRANSIGÊNCIA DAS SUAS POSIÇÕES PELA VONTADE DE CHEGAR A UM ENTENDIMENTO.

da Aliança Atlântica. Mas a maior objecção a esta iniciativa não era a questão específica dos quartéis-generais. Para Washington, a iniciativa de Tervüren equivalia à tentativa de criar uma alternativa à NATO, que não só debilitaria a Aliança Atlântica como também daria origem a uma vanguarda que exerceria a liderança na Europa.

REAPROXIMAÇÃO

A invasão do Iraque, a crise diplomática que a precedeu, bem como a cimeira de Tervüren, causaram grandes danos às relações entre o Reino Unido, a França e a Alemanha. Mas realidades prementes forçaram os líderes dos três países a substituir a intransigência das suas posições pela vontade de chegar a um entendimento. Assim,

quando Washington declarou o fim da guerra no Iraque, os governos francês e alemão afirmaram estar disponíveis para participar no esforço de reconstrução, na condição de as Nações Unidas terem um papel crucial.

Os gestos de boa vontade também foram estendidos a Blair. Nesta altura, Chirac e Schröder já tinham chegado à conclusão que não podiam construir a PESC sem o Reino Unido, e que o motor franco-alemão terá pouca potência numa Europa com 25 estados-membros. Em suma, os governos francês e alemão concluíram que precisam do Reino Unido para continuar a gerir a UE. Além disso, Paris e Berlim também «perceberam que de cada vez que tentaram trabalhar em conjunto, acabaram por provocar a formação duma aliança hostil aos seus interesses»²⁴. Em Londres, o espírito também era de conciliação. Blair estava consciente de que tinha um problema de credibilidade na Europa. O facto de ter decidido apoiar de forma incondicional os Estados Unidos no Iraque criou problemas à sua estratégia europeia, pois o primeiro-ministro britânico desbaratou grande parte do seu capital político durante essa crise. Os primeiros sinais de reaproximação surgiram em Setembro do ano passado. Nessa altura, Blair, Chirac e Schröder reuniram-se em Berlim para discutir aspectos da PESC. Em Outubro, os três governos anunciaram uma iniciativa comum relativamente ao Irão²⁵. Mas o aspecto mais significativo da reaproximação entre Londres, Paris e Berlim, foi o acordo trilateral relativo à defesa europeia.

Este acordo, concluído em Novembro do ano passado, exigiu cedências de parte a parte. Para chegarem a acordo com os britânicos, Chirac e Schröder abandonaram os planos de criar um quartel-general para coordenar as operações militares europeias, e em vez disso aceitaram criar uma pequena unidade de planeamento na sede da NATO. A Alemanha e a França também tiveram que aceitar alterar o texto proposto para a Constituição Europeia, e em particular o artigo que obrigaria os Estados-membros a defender-se mutuamente em caso de ataque militar. Além disso, a conferência inter-governamental deverá rever os artigos do tratado que lidam com as questões de «cooperação estruturada», de modo a que a razão de ser do grupo *avant-garde* seja a melhoria das capacidades militares. Mas Blair também teve que ceder. O primeiro-ministro britânico foi forçado a aceitar o princípio de que a UE necessita de uma unidade de planeamento de operações distinta da NATO, e que provavelmente no futuro esta tornar-se-á num quartel-general.

Desde a conclusão deste acordo que as iniciativas trilaterais e bilaterais na área da defesa se têm multiplicado. Em finais de Novembro do ano passado, na cimeira franco-britânica de Lancaster House, dois governos propuseram uma nova iniciativa com vista a desenvolver as capacidades de reacção rápida da UE, nomeadamente a capacidade de reagir com prontidão aos pedidos da ONU para gerir operações de paz. E em Fevereiro deste ano, pouco tempo antes da cimeira trilateral de Berlim, os governos francês e britânico propuseram criar várias unidades de reacção rápida equipadas para combater em terrenos difíceis²⁶.


OS LIMITES DA ENTENTE CORDIALE

Os avanços registados na área da defesa europeia desde St. Malo ilustram a relevância da *Entente Cordiale* para a actualidade. Blair e Chirac são suficientemente pragmáticos para ignorarem as antipatias mútuas e colaborarem em áreas onde os dois países têm interesses comuns. Tanto Blair como Chirac têm interesse em fortalecer a PESC, pois ambos, como líderes de potências médias, querem que a UE tenha uma voz credível na cena internacional. E tanto Blair como Chirac estão conscientes de que a PESC só será eficaz quando a UE tiver uma política de defesa credível. Tem sido esta convergência de objectivos que tem feito avançar a PESD.

Mas o entendimento franco-britânico tem limites, e estes acabarão por ter impacte na PESD. Estes limites prendem-se com uma divergência ideológica fundamental que separa o Reino Unido da França. Os dois governos têm visões diferentes sobre o papel dos Estados Unidos no mundo e sobre a forma como a UE se deve relacionar com Washington.

Blair não tem qualquer problema com a unipolaridade do sistema internacional, nem com o facto de os Estados Unidos serem a única superpotência. Com efeito, é a multipolaridade do sistema internacional que perturba o primeiro-ministro britânico. Por isso, Blair considera que o papel da Europa é o de apoiar sempre os Estados Unidos, mesmo quando há discordâncias. Além disso, a relação com Washington continua a ser a prioridade diplomática do Reino Unido. Blair, o primeiro-ministro britânico mais europeísta desde o pós-guerra, vê o seu maior envolvimento e influência na Europa, como uma forma de melhorar a sua influência em Washington. Ora, é neste contexto que o apoio britânico ao desenvolvimento da PESC tem que ser entendido. Para Blair, quanto mais credível for a UE, melhor será o apoio que esta poderá prestar a Washington.

A visão francesa é quase o inverso desta. Tradicionalmente, os governos franceses resistiram à hiperpotência norte-americana, e tentaram ser um pólo de poder alternativo. Chirac segue esta tradição «gaullista», e por isso defende um sistema multipolar e tem tentado criar alianças com a Rússia e com a China com esse fim. Ao longo dos anos, a França tem defendido o desenvolvimento de uma PESC para que a UE possa dizer «não» aos Estados Unidos. Os franceses defendem uma parceria entre a Europa e os Estados Unidos, mas acham que a UE só será respeitada em Washington quando puder dizer «não» a iniciativas norte-americanas com que discorda²⁷.

As implicações deste fosso ideológico para a Europa são grandes. Sem visão comum relativamente à forma como a Europa se deve relacionar com os Estados Unidos, a PESC vai continuar a ter pouca credibilidade, e em consequência a UE está fadada a continuar a não ser ouvida no resto do mundo. 

- 1** A *Entente Cordiale* não é uma aliança, mas sim um acordo informal entre dois governos. A primeira *Entente Cordiale* franco-britânica, celebrada por Lorde Aberdeen e Guizot, remonta a 1844.
- 2** Peter Riddell, *Hug Them Close: Blair, Clinton, Bush and the 'Special Relationship'*, Londres, Politico's, 2003, p. 74.
- 3** Anne Deighton, «European Union Policy», in Anthony Seldon, *The Blair Effect: The Blair Government 1997-2001*, Londres, Little Brown & Company, 2001, p. 323.
- 4** Entrevista com Charles Grant, director do Centre for European Reform (Fevereiro de 2004).
- 5** Anne Deighton, «European Union Policy», in *op. cit.*, p. 321.
- 6** Richard Hatfield, «The Consequences of St. Malo». Discurso no Institut Français des Relations Internationales, 28 de Abril de 2000.
- 7** Simon Bulmer, «European Policy: Fresh Start or False Dawn», in David Coates, Peter Lawler, *New Labour in Power*, Manchester, Manchester University Press, 2000, p. 249.
- 8** O Governo francês reconheceu que foi o Governo britânico quem tomou a iniciativa. Dominique de Villepin, «2003 Dimbleby Lecture», 19 de Outubro de 2003.
- 9** «European Defence: From Pörschach to Helsinki», *Research Paper 00/02*, House of Commons, 21 de Fevereiro de 2000, p. 14.
- 10** Charles Grant, *Transatlantic Rift: How to Bring the Two Sides Together*, Londres, Centre for European Reform, 2003, p. 39.
- 11** Charles Grant, «Intimate Relations: Can Britain Play a Leading Role in European Defence – And Keep Its Special Links to US Intelligence», *CER Working Paper*, Londres, Centre for European Reform, 2000, p. 10.
- 12** Lawrence Freedman, «Defence», in Anthony Seldon, *op. cit.*, p. 300.
- 13** Peter Riddell, *op. cit.*, p. 74.
- 14** Anne Deighton, «European Union Policy», in *op. cit.*, p. 321.
- 15** Peter Riddell, *op. cit.*, p. 103.
- 16** Este acordo estabeleceu que a Aliança Atlântica proporciona um «acesso garantido» às suas capacidades de planeamento, bem como uma «presunção de disponibilidade» dos seus recursos e capacidades comuns para operações humanitárias ou de manutenção de paz lideradas pela UE. Este acordo foi bastante significativo, pois aproximou as duas organizações e assinalou o fim da Organização da Europa Ocidental.
- 17** Em consequência deste acordo, a UE assumiu algumas das responsabilidades da UEO, bem como a absorção *de facto* da UEO.
- 18** Strobe Talbott, «America's Stake in a Strong Europe», RIIA, Londres, 7 de Outubro de 1999.
- 19** Seguindo as recomendações da cimeira franco-britânica, na Cimeira de Helsínquia de Dezembro de 1999, os Quinze acordaram o objectivo de criar uma Força de Reacção Rápida com cerca de 60 mil tropas, capaz de ser colocada no terreno em 60 dias e que estivesse operacional por pelo menos um ano, para intervir quando a NATO não estivesse disponível. Os Quinze decidiram ainda que a Força de Reacção Rápida, que não constituía a base para um exército europeu, assumiria as «Missões de Petersberg». Quer dizer, só interviria em acções humanitárias, gestão de crises e operações de manutenção de paz. Mais tarde, na cimeira de Nice, de Dezembro de 2000, os Quinze anunciaram que a UE passaria a assumir as «Missões de Petersberg», até então atribuídas à UEO.
- 20** Entrevista com Charles Grant, director do Centre for European Reform, Londres, Fevereiro de 2004.
- 21** Os dois governos decidiram ainda criar uma agência cujo objectivo será o melhorar o desenvolvimento das capacidades de defesa da UE. A nova agência tem como função harmonizar as necessidades militares, coordenar a investigação e desenvolvimento para a defesa e encorajar a convergência dos processos nacionais de procuração dos vários Estados-membros. Daniel Keohane «Europe Needs An Avant-garde For Military Capabilities», *Briefing Note*, CER, Abril de 2003.
- 22** Entrevista com Charles Grant (Fevereiro de 2004).
- 23** Charles Grant, *Transatlantic Rift: How to Bring the Two Sides Together*, p. 97.
- 24** Entrevista com Charles Grant (Fevereiro de 2004).
- 25** Os MNEs dos três países deslocaram-se a Teerão para pressionar o Governo iraniano a colaborar com a Agência Internacional de Energia Atómica. Steven Everts, «The EU and Iran: How To Make Conditional Engagement Work», *Policy Brief*, Londres, Centre for European Reform, 2003.
- 26** «UK and France Plan Joint Force», *Financial Times*, 10 de Fevereiro de 2004. «Rapid Reaction Units Proposed to Give Clout To European Union Foreign Policy», *The Independent*, 11 de Fevereiro de 2004. O acordo estabelece que estas unidades de reacção rápida deverão ter cerca de 1500 soldados, estar prontas para acção em 15 dias a partir de 2007 e deverão estar preparadas para permanecer no terreno pelo menos 30 dias, e no máximo quatro meses. As operações deverão ser de ajuda às Nações Unidas em operações de manutenção de paz, de estabilização de Estados falhados e em esferas de influência europeias. Esta proposta vai ser submetida à aprovação dos vários Estados-membros no conselho europeu de 30 de Junho deste ano.
- 27** Charles Grant, «Stumbling Towards Unity», *Global Agenda 2004*, p. 207.